

Inclusão Digital: Políticas e Propostas de Educação para os Territórios Envelhecidos

Maria Raquel Patrício

Centro de Investigação em Educação Básica
Instituto Politécnico de Bragança, Portugal
raquel@ipb.pt

Henrique Gil

Age.Comm
Instituto Politécnico de Castelo Branco, Portugal
hteixeiragil@ipcb.pt

Resumo

A sociedade atual desenvolve-se e evolui a ritmo acelerado em paralelo com o envelhecimento, alterações demográficas e despovoamento do território. É, cada vez mais, imprescindível a promoção da inclusão social e digital junto das populações mais envelhecidas. As políticas de base territoriais devem privilegiar a diversidade e a complexidade geográficas, os problemas sociais, seus contextos e atores. No âmbito o projeto PerSoParAge (Recursos pessoais e sociais para a autonomia e participação social numa sociedade envelhecida), através de uma análise do território do interior de Portugal, constatamos que é urgente repensar políticas e definir estratégias de inclusão digital. Pretende-se, assim, apresentar propostas de políticas territorializadas para as TIC que visam a promoção de uma estratégia digital de cariz territorial, com medidas ativas de educação ao longo da vida para a literacia e inclusão digitais, em articulação com os programas nacionais de políticas públicas para as competências digitais e ordenamento do território.

Palavras-chave: educação, inclusão digital, políticas territoriais.

Abstract

Today's society develops and evolves at a rapid pace in parallel with ageing, demographic change and depopulation of the territory. It is increasingly essential to promoting social and digital inclusion with the most ageing populations. Territorial policies should focus on geographical diversity and complexity, social problems, their contexts and actors. Within the PerSoParAge project (Personal and social resources for autonomy and social participation in an ageing society), through an analysis of the territory of the interior of Portugal, we found that it is urgent to rethink policies and define strategies for digital inclusion. Therefore, territorial proposals for ICT policies are presented that aim to promote a digital territorial strategy, with active measures of

lifelong education for digital literacy and inclusion, in conjunction with national public policy programs for digital skills and territorial planning.

Keywords: education, digital inclusion, territorial policies.

Introdução

Atualmente, assistimos a inúmeras e constantes transformações na sociedade, nomeadamente as tecnológicas, que têm contribuído para a revolução de todos os setores da sociedade e da economia, possibilitando novas oportunidades de desenvolvimento e uma democratização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Contudo, as tecnologias estão também a desencadear novos desafios intensificando as desigualdades sociais com expressões territoriais. Em Portugal o fosso digital é relevante, principalmente em determinados territórios e grupos populacionais. Os dados do Eurostat (2017) evidenciam diferenças na taxa de acesso à internet entre as cidades portuguesas (83%) e os territórios rurais (63%). Completando, os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) espelham significativas fraturas digitais territoriais, sendo a região do Alentejo aquela que apresenta níveis de acesso à internet (73,9%) e banda larga (71,6%) mais baixos do país (INE, 2019, p. 2). O INE, ressalta, também que algumas características sociodemográficas influem na utilização da internet (Figura 1).

Fazendo uma leitura da proporção de pessoas dos 16 aos 74 anos que utilizaram a internet, verificamos que à medida que a idade aumenta a utilização da internet diminui de forma acentuada: “para as pessoas com menos de 55 anos as proporções de utilização situam-se acima dos 80%, enquanto a mesma proporção é de 59,3% no grupo etário dos 55 aos 64 anos e de 34,1% no caso da população com 65 ou mais anos de idade” (INE, 2019, p. 3).

Estes dados mostram importantes fraturas digitais territoriais associados a determinantes sociodemográficos. Como argumenta Szeles (2018), a infoexclusão

pode ser resultante de contextos de exclusão económica, social, cultural ou territorial.

Ano: 2019	Unidade: %
Total	76,2
Sexo	
Homens	77,5
Mulheres	75,0
Escalões etários	
16 a 24 anos	99,5
25 a 34 anos	98,2
35 a 44 anos	95,2
45 a 54 anos	79,6
55 a 64 anos	59,3
65 a 74 anos	34,1
Nível de escolaridade completo	
Até ao básico - 3.º ciclo	55,6
Ensino secundário	96,9
Ensino superior	98,7
Condição perante o trabalho	
Empregado	88,1
Desempregado	74,5
Estudante	99,6
Outros inativos	38,4

Figura 1: Proporção de pessoas com idade entre 16 e 74 anos que utilizaram internet nos 12 meses anteriores à entrevista, total e por algumas características sociodemográficas, Portugal (Fonte: INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias, 2019).

Neste panorama, promover a inclusão social e digital e proporcionar o acesso às competências digitais é imprescindível, principalmente junto dos setores da sociedade portuguesa mais vulneráveis, menos desenvolvidos tecnologicamente e com reduzida apropriação das TIC. Partindo-se do princípio de que a acessibilidade digital é um fator de inclusão e de integração, de melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das populações, assume-se, por um lado, a relevância de analisar diferentes grupos populacionais e aferir o acesso e o uso das tecnologias e redes digitais, nos territórios do interior de Portugal. Por outro, propor propostas de políticas públicas de inclusão digital com incidência local, em

articulação com indicadores regionais de desenvolvimento e exclusão, atendendo aos desafios de cada território.

Ademais, é de salientar que as políticas públicas de favorecimento do acesso e fomento da inclusão digital são decisivas para colmatar as divisões digitais da sociedade portuguesa, bem como outras desigualdades sociais. Portanto, são necessárias iniciativas de coesão digital territorial para todos e novas oportunidades de inovação social.

Inclusão e Cidadania Digital

Nobert Wiener, (1894-1964) reconhecida individualidade associada à Cibernética, afirmava que: “Ser informado é ser livre”. Realmente, a internet veio criar uma nova dimensão ao permitir a veiculação e o acesso a uma variedade infindável de informação. Neste novo contexto, a que também se costuma designar por ciberespaço, só pode usufruir destas novas valências quem possuir competências digitais. Deste modo, como é afirmado por Silva, Jambeiro, Lima e Brandão (2005, p. 32) a inclusão digital “(...) é uma necessidade inerente significa que o cidadão do século XXI deve considerar esse novo fator de cidadania”. No presente momento, confrontamo-nos com a junção entre comunicação massiva e interatividade, onde a tecnologia se parece transformar numa ferramenta ou recurso convivial e comunitário onde assenta o conceito de globalização que veio promover, por sua vez, um conceito de cidadania mais alargado: a cidadania planetária (MARQUES, 2002). Nesta nova, mas presente realidade, tal como refere Melão (2011), assiste-se a um maior número de relações entre os cidadãos e as organizações quer na sua diversificação quer na sua intensidade, tornando-se mais complexas devido à ampla circulação da informação, cada vez mais célere, por via da constante evolução das tecnologias digitais. Pelos argumentos apresentados, facilmente se pode inferir que só quem possuir competências digitais, ou seja, só quem estiver infoincluído poderá exercer os seus direitos e deveres no âmbito de uma verdadeira cidadania digital.

No sentido de se promover uma inclusão digital pode verificar-se a existência de diferentes propostas. Tomando, a título de exemplo, a proposta de Garnett (2010) associada a um conceito mais lato de considerar não uma, mas várias literacias digitais, podem ser elencadas as seguintes dimensões: ‘critical thinking’, ‘media literacy and participatory culture’, ‘digital and social inclusion’ e ‘digital citizenship and internet safety’. Como se pode depreender, estas valências implicam uma atitude crítica e reflexiva perante a informação disponibilizada e que seja capaz de utilizar e aceder em diferentes suportes. Quer isto pressupor que poderá haver, nestas dimensões, uma preocupação mais associada a uma vertente de cariz tecnológico. Por sua vez, as restantes dimensões levam-nos para um patamar de cariz social, de inclusão e de participação. Neste contexto, Pinto, Pereira, Pereira e Ferreira (2011) acentuam o poder das tecnologias digitais em lhes conferirem mais possibilidades quer de produção quer de participação. Do mesmo modo, Melão (2011, p. 90) reforça o facto destas tecnologias exigirem um reequacionamento das práticas dos cidadãos associadas a práticas de literacia que possam contribuir para o “(...) exercício responsável e ativo da cidadania no século XXI”. Como refere Bustamante (2010), esta cidadania digital deve ser encarada como uma apropriação social da tecnologia e não apenas uma apropriação de carácter meramente tecnológico.

Recorrendo ainda à opinião e às propostas de Garnett (2010), no entender de Pinto (2000), existe a consensualidade de que o maior acesso à informação pode potenciar uma cidadania mais ativa, desde que vá ao encontro das necessidades dos cidadãos onde o direito à segurança e à privacidade devem ser totalmente acautelados. Esta questão é muito importante e delicada junto de uma população infoexcluída onde as habilitações académicas são muito pouco consistentes. Esta preocupação é corroborada por Tarapanoff, Suaiden e Oliveira (2002) ao referirem que o maior problema para a infoinclusão não será somente a falta de computadores ou de outros dispositivos digitais, mas o analfabetismo em informação. Neste contexto, Silva, Jambeiro, Lima e Brandão (2005) para se conseguir uma

inoinclusão dos cidadãos é necessário que sejam capazes de identificar as suas necessidades de informação, serem capazes de a organizar e, na sequência, serem capazes de a porem em prática, de forma a integrá-la num corpo de conhecimentos a fim de a poderem usar na resolução dos seus problemas de forma consciente e segura. Para o efeito, Buzato (2003) reforça o argumento que as aquisições destas competências digitais só se constroem no âmbito de uma verdadeira e real prática social e não somente através da aquisição de conhecimentos de índole tecnológica. Nesta aceção, deve-se recorrer a um sentido reflexivo e crítico para uma ação positiva quer na vida pessoal quer para o coletivo da sociedade.

Apesar de se sentir o efeito positivo no acesso e na utilização dos recursos digitais que possibilitam, no âmbito das diferentes capacidades interativas das tecnologias, uma maior e mais ampliada participação social. Contudo, tal como adverte Marques (2002), estes recursos digitais podem ampliar a divisão entre os cidadãos. Ou seja, entre aqueles que já estão inoincluídos e entre aqueles que ainda se encontram infoexcluídos e que impossibilitam estes últimos de poderem exercer uma plena cidadania e, como tal, a sua exclusão social. Pois, como é referido por Castells (2001), na presente sociedade em rede não há estrangimentos espaciais e/ou temporais porque as tecnologias digitais se tornaram ubíquas. Como consequência destas valências, Castells (2001) refere que os cidadãos, movimentos sociais e instituições políticas têm vindo a utilizar a internet como um recurso e como um instrumento privilegiado para informar, para recrutar, para organizar, para agir e para dominar e para contra dominar. Neste contexto atual torna-se 'obrigatória' a inoinclusão dos cidadãos para que a democracia e a igualdade de direitos possam ser efetivadas e praticadas para todos, sem exceção.

Estudo: utilização das TIC pela população dos territórios envelhecidos do interior

As políticas de base territoriais devem privilegiar a diversidade e a complexidade geográficas, os problemas sociais, seus contextos, atores,

consequências e impactos. É neste sentido que o projeto PerSoParAge (Recursos pessoais e sociais para a autonomia e participação social numa sociedade envelhecida) pretende contribuir através de uma análise do território do interior de Portugal, nos distritos de Castelo Branco, Guarda e Portalegre, para a elaboração de propostas educativas de políticas territorializadas na área das tecnologias e competências digitais.

Metodologia

O objetivo deste trabalho é apresentar propostas de políticas territorializadas para as TIC que visam a promoção de uma estratégia digital de cariz territorial.

A amostra que serviu de análise ao presente estudo está circunscrita à população que respondeu ao grupo de questões denominado ‘Utilização das TIC’, ou seja, 408 indivíduos, dos quais 139 com idades entre os 55 e 64 anos e 269 com 65 e mais anos.

Para a análise do território foi definida uma abordagem metodológica de natureza predominantemente quantitativa através do inquérito por questionário, integrando uma componente de análise quantitativa nas questões de resposta fechada e outra qualitativa para a análise de conteúdo das respostas abertas. O instrumento de recolha de dados foi criado especificamente para este estudo e ratificado por especialistas. Elaboraram-se dois inquéritos por questionários, tendo em conta os grupos etários alvo: dos 55 aos 64 anos e dos 65 e mais anos. Foram consideradas as questões dos inquéritos referentes à “Utilização das TIC”. Os dados obtidos nestas questões foram agrupados em categorias: dispositivos tecnológicos; internet; utilização diária com o dispositivo tecnológico e internet; competências digitais; benefícios utilizando as TIC; tecnologia digital e assistiva. Estes dados foram apreciados tendo em consideração a informação da caracterização sociodemográfica, nomeadamente: localização, idade, sexo, escolarização, situação perante o trabalho e profissão.

A recolha de dados foi realizada de acordo com cuidados éticos de investigação, salvaguardando a colaboração voluntária, anónima e confidencial dos participantes. Os dados foram recolhidos em suporte papel, na presença de investigadores e técnicos do projeto, com a participação da população com 55 e mais anos a residir nos distritos de Castelo Branco, Guarda e Portalegre, entre 2018 e 2019.

Resultados

Os dados do inquérito à população entre os 55 e 64 anos sobre a utilização das TIC, de acordo com as categorias referidas anteriormente, revelam que a maioria da amostra possui um ou mais dispositivos tecnológicos, tem ligação à internet própria, e fazem uso destes equipamentos e recursos no dia-a-dia com o propósito de pesquisar assuntos variados, notícias, comunicar e redes sociais. Ainda assim, verifica-se a necessidade de esclarecer a população sobre as potencialidades dos meios digitais, uma vez que não identificou outras necessidades de utilização para além das referidas anteriormente (Tabelas 1).

Tabela 1: Utilização das TIC pela população entre os 55 e 64 anos

Distrito	Dispositivo tecnológico	Internet	Utilização dia a dia	Potencialidades TIC
Castelo Branco	Smartphone	Sim	Pesquisar Notícias Comunicar Redes sociais	Não sabe / não responde Nenhumas
Guarda				
Portalegre				

A destacar que alguns dos inquiridos manifestam interesse em frequentar ações de formação em literacia digital. Quanto à perceção de uma vida melhor quando utilizam as TIC, a maior parte dos inquiridos reconhece que a sua vida pode melhorar acedendo e utilizando as TIC, quer por adquirirem mais informação e conhecimento e estabelecerem uma maior ligação com a família, quer pela participação social e consequente redução do isolamento. Acerca de soluções de

tecnologia digital e assistiva para uma melhor qualidade de vida, mais de metade dos inquiridos não tem conhecimento das mesmas, logo não as utiliza. Aqueles que conhecem estas soluções, usam algumas aplicações digitais para melhorarem a sua qualidade de vida (Tabela 2).

Tabela 2: Utilização das TIC pela população entre os 55 e 64 anos

Distrito	Vida melhor	Formação competências digitais	Tecnologia digital e assistiva para uma melhor qualidade de vida
Castelo Branco	Mais conhecimento familiar	Sim	Apps para localização Apps para registo das atividades de vida diária Apps para atividades de desenvolvimento pessoal e social Apps orientadas para saúde e bem-estar
Guarda		Não	
Portalegre	Redução isolamento Participação social		

Verificamos que a maioria da população entre os 55 e 64 anos faz uma utilização razoável dos dispositivos tecnológicos e da internet, possui competências digitais básicas, identifica algumas vantagens na utilização das TIC e tem interesse em frequentar ações de formação em literacia digital. No entanto, apuramos também que ainda há uma percentagem significativa da população residente na Guarda e em Portalegre que não utiliza diariamente a internet nem dispositivos tecnológicos, apresentando como motivos: não saber utilizar, custos elevados e não precisar (Tabela 3).

Tabela 3: População entre os 55 e 64 anos que não utiliza as TIC

Distrito	População que não utiliza diariamente dispositivos tecnológicos nem internet	Motivos
Castelo Branco	9,7%	Não sabe utilizar
Guarda	33%	Não sabe utilizar Custos elevados
Portalegre	20%	Não precisa

No inquérito à população com 65 ou mais anos sobre a utilização das TIC foram consideradas as categorias do inquérito anterior, tendo sido adicionada uma outra 'multibanco', para averiguar se a população mais envelhecida utiliza este serviço.

A informação recolhida demonstra que mais de metade da população de Castelo Branco (53%) e de Portalegre (63%) utilizam o multibanco, mas no distrito da Guarda não é utilizado por 62% da amostra. Quanto aos dispositivos tecnológicos e internet, os dados são reveladores de uma população infoexcluída (Tabela 4).

Tabela 4: Utilização das TIC pela população com 65 ou mais anos

Distrito	Multibanco	Dispositivo tecnológico	Internet	Utilização dia a dia
Castelo Branco	Sim	Maioria não possui	Maioria não tem ligação própria à Internet	Nenhuma Muito limitada
Guarda	Não			
Portalegre	Sim			

Na Tabela 5 é notório que a generalidade dos inquiridos não identifica potencialidades no uso das TIC, logo não recolhessem os benefícios da sua utilização nem de que forma poderiam contribuir para uma vida melhor. Com efeito, o interesse em frequentar ações de formação em competências digitais é muitíssimo reduzido, bem como o conhecimento e uso de soluções de tecnologia digital e assistiva para uma melhor qualidade de vida.

Tabela 5: Utilização das TIC pela população com 65 ou mais anos

Distrito	Potencialidades TIC	Vida melhor	Formação competências digitais	Tecnologia digital e assistiva para uma melhor qualidade de vida
Castelo Branco	Não sabe	Não sabe / não responde Não melhoraria	Não	Não conhece Não utiliza
Guarda				
Portalegre				

A seguir, na Tabela 6, corroboramos os dados anteriores, ou seja, grande parte da nossa amostra não utiliza as TIC, e expomos as razões referidas pelos inquiridos.

Tabela 6: População 65 e mais anos que não utiliza as TIC

Distrito	População que não utiliza diariamente dispositivos tecnológicos nem internet	Motivos
Castelo Branco	47,7%	Não sabe utilizar Não precisa
Guarda	86%	
Portalegre	53%	

No que respeita à caracterização sociodemográfica da população entre os 55 e 64 anos (Tabela 7) os dados revelam que a generalidade dos inquiridos vive no meio urbano, sendo a maioria do sexo feminino, principalmente nos distritos da Guarda (67%) e de Castelo Branco (55%). Em Portalegre é o sexo masculino que predomina (53%).

Tabela 7: Caracterização sociodemográfica da população entre os 55 e 64 anos

Distrito	Meio Rural	Meio Urbano	Mulheres	Homens
Castelo Branco	25	57	45	37
Guarda	9	27	24	12
Portalegre	5	38	20	23

Na Tabela 8, verificamos que em Portalegre a população tem uma média de idade mais alta (60,1%). Na Guarda a média de idades é de 59,6 anos e em Castelo Branco a idade média é de 58,9 anos. Ao nível das habilitações literárias, Castelo Branco é o distrito com uma percentagem mais elevada de pessoas com o ensino superior (35%), o ensino secundário e o 2.º ciclo do ensino básico são os níveis de ensino que a população frequentou na Guarda (44%) e em Portalegre (23%), respetivamente.

Tabela 8: Caracterização sociodemográfica da população entre os 55 e 64 anos

Distrito	Média Idades	Estudos	Atividade	Profissão
Castelo Branco	58,9 anos	1.º CEB Ensino Superior	Trabalha	Professor
Guarda	59,6 anos	Ensino Secundário		Funcionário público
Portalegre	60,1 anos	2.º CEB		Assistente operacional

Os dados sociodemográficos da população com 65 ou mais anos evidenciam que a população reside principalmente no meio urbano, ainda que na Guarda haja um número ligeiramente superior de participantes com residência no meio rural. Nos três distritos predomina o sexo feminino (Tabela 9).

Tabela 9: Caracterização sociodemográfica da população com 65 e mais anos

Distrito	Meio Rural	Meio Urbano	Mulheres	Homens
Castelo Branco	4	95	61	38
Guarda	43	41	45	39
Portalegre	19	67	47	39

Os inquiridos com 65 ou mais anos residentes no distrito da Guarda são os mais envelhecidos, com uma idade média de 77,2 anos, seguindo-se os residentes em Castelo Branco e Portalegre. A população dos 3 distritos que é instruída tem o 1.º ciclo do ensino básico. Esta população encontra-se em situação de reforma, tendo exercido profissões em atividades agrícolas e domésticas (Tabela 10).

Tabela 10: Caracterização sociodemográfica da população com 65 e mais anos

Distrito	Média Idades	Estudos	Atividade	Profissão
Castelo Branco	77,1 anos	1.º CEB	Reforma	Agricultor Doméstica
Guarda	77,2 anos			
Portalegre	75,7 anos			

Os dados sociodemográficos (Tabelas 7, 8, 9 e 10) foram analisados conjuntamente com as respostas obtidas no grupo de questões sobre a utilização

das TIC, permitindo aferir que: i) na amostra entre os 55 e 64 anos, a população do distrito de Portalegre, sobretudo do meio rural, do sexo masculino, de mais idade e com menor nível de estudos, é o mais infoexcluído; ii) na amostra com 65 ou mais anos, a população do distrito da Guarda com 75 e mais anos, residente no meio rural, do sexo feminino, iletrada e não escolarizada, é a mais infoexcluída.

A leitura crítica e reflexiva dos dados dos inquéritos realizados à população nas regiões do interior do território português nos distritos de Castelo Branco, Guarda e Portalegre, evidenciam que é urgente repensar políticas e definir estratégias de inclusão digital e social para os territórios envelhecidos. Portanto, é essencial garantir a cobertura de banda larga rápida no interior de todo o território nacional, o acesso à internet, aos dispositivos tecnológicos e digitais a custos reduzidos, bem como estratégias de proximidade e em articulação multidisciplinar com as diferentes redes sociais locais, regionais ou nacionais. Estas estratégias devem abarcar ações de sensibilização para os benefícios de uma cidadania digital ativa, especialmente nas áreas associadas à saúde e às valências de carácter social, no sentido de se conseguir a promoção da literacia digital na educação ao longo da vida e, conseqüentemente, uma efetiva integração, participação e implicação de todos os atores (população, autoridades nacionais, regionais e locais, entidades públicas e privadas) no desenvolvimento dos territórios do interior.

Considerações Finais

O estudo, integrado no projeto PerSoParAge, corrobora investigações e literatura especializada na área que indicam que as populações mais envelhecidas, com baixo nível de escolaridade e residentes em zonas rurais, estão mais limitadas no acesso às redes digitais, apresentam uma reduzida utilização de dispositivos tecnológicos e da internet, níveis elevados de infoexclusão e pouco ou nenhum interesse em adquirir competências digitais, mesmo que estas possam contribuir para uma melhor qualidade de vida e bem-estar. Apesar desta realidade poder parecer contraditória, tal deve-se ao facto desta população idosa ignorar as possibilidades desses

recursos digitais pelo desconhecimento que têm dos mesmos e, conseqüentemente, a inexistente ou reduzida utilização que deles poderão fazer.

As mudanças tecnológicas têm impactos em todos os setores da sociedade, pelo que é fundamental encontrar estratégias e instrumentos que contrariem os desequilíbrios territoriais em termos de conectividade digital, desenvolvimento, emprego, educação, formação e produção de conhecimento. Com efeito, o eixo Inclusão do programa 'Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030 - INCoDe.2030' (Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2018 de 8 de março), um programa integrado de política pública que visa promover as competências digitais, visa "Assegurar a generalização do acesso equitativo às tecnologias digitais a toda a população, para obtenção de informação, comunicação e interação". Refere ainda que:

Para o conseguir, é necessário conceber e implementar iniciativas e programas de inclusão digital que sejam suficientemente flexíveis para dar resposta a necessidades diferentes e capazes de ultrapassar vários obstáculos e limitações, nomeadamente de cidadãos que já estão fora dos percursos educativos formais e até da formação profissional, pessoas desempregadas, jovens em risco, migrantes e minorias, sénior ou com necessidades especiais. (INCODE.2030, 2020)

Consideramos que as propostas de políticas para os territórios no âmbito das TIC devem centrar-se numa estratégia digital de cariz territorial, através de medidas ativas de combate à exclusão digital em articulação com o INCoDe.2030' e com o Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (Lei n.º 99/2019 de 5 de setembro). Segundo este Programa:

Os territórios necessitam de comunidades ativas. O envolvimento dos cidadãos nos processos de decisão e implementação das opções estratégicas será cada vez mais uma tendência suportada nas novas tecnologias. (...) Os serviços de acesso digital vão contribuir para uma maior equidade territorial. (DGT, 2020, p. 36)

Estas propostas têm que ser diferenciadas, ajustadas e adequadas às diferentes realidades locais e regionais, de acordo com as necessidades e interesses das populações. Assim, concluímos com as algumas propostas:

- Melhorar o acesso às redes de telecomunicações e ferramentas digitais colmatando as desigualdades no acesso a equipamentos e serviços digitais, de acordo com propostas de operacionalização a realizar pelas Comunidades Intermunicipais.
- Definir e implementar estratégias de coordenação entre políticas e respectivos instrumentos territorializados para a construção de redes colaborativas adequadas aos territórios e às necessidades de desenvolvimento local digital e aos perfis de envelhecimento da população (da responsabilidade das Comunidades Intermunicipais).
- Promover programas de literacia e inclusão digital através da aprendizagem ao longo da vida com ações de sensibilização e esclarecimento específicas em competências digitais para obtenção de informação, comunicação, socialização, utilização segura da internet, autonomia digital, cidadania reforçada e participativa. Estes programas poderão ser coordenados entre instituições de ensino/investigação, universidades seniores e associações locais.
- Organização de sessões (workshops, fóruns, seminários, etc.) para divulgação de soluções tecnológicas e assistivas para o bem-estar, qualidade de vida e envelhecimento ativo, com base no uso de competências digitais, realizadas pelas instituições de ensino/investigação em colaboração com gabinetes autárquicos e fornecedores dos serviços.
- Desenvolver programas de formação e qualificação dos técnicos com intervenção comunitária, adequados aos perfis de envelhecimento regional, desenvolvidos pelas instituições de ensino/investigação.
- Dinamizar ações intergeracionais de mentoria digital de experimentação e utilização de novos serviços e soluções digitais e assistivas, de forma a estimular o interesse, a curiosidade e a necessidade de utilização dos recursos digitais.

- Rentabilizar os recursos das instituições mais vocacionadas para o envelhecimento, com destaque para os Centros de Dia e Lares, no sentido de disponibilizarem redes sem fios para os seus utentes e comunidades onde se inserem.

Agradecimentos

O projeto PerSoParAge - Recursos pessoais e sociais para a autonomia e participação social numa sociedade envelhecida (POCI-01-0145-FEDER-023678) teve início em outubro de 2017 e finalizou em dezembro de 2019, sendo cofinanciado pelo Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020), na componente FEDER, e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Referências Bibliográficas

BUSTAMANTE, J. **Poder comunicativo, ecossistemas digitais e cidadania digital**. In S.A. da Silveira, Cidadania e Redes Digitais. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil/Maracá – Educação e Tecnologias, pp. 11-35, 2010.

BUZATO, M. **Letramento digital abre portas para o conhecimento**. EducaRede, 2003. Disponível em <http://www.educacaoliteratura.com.br/index%2092.htm>

CASTELLS, M. **A Galáxia Internet. Reflexões sobre a Internet, Negócios e Sociedade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

DIREÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO [DGT]. (2020). **Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território - Primeira Revisão** (Lei n.º 99/2019 de 5 de setembro, Diário da República n.º 170/2019). Disponível em http://pnpot.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/SQ_Vconc_PNPOT_0.pdf

EUROSTAT. **Digital economy and society statistics — Households and individuals**. Luxemburgo: Eurostat, 2017.

GARNETT, F. **Response: contextualizing digital literacies**. In Gillen, J. & Barton, D. (Orgs). Digital Literacies. London: University of London, p. 22-27, 2010.

INCODE.2030. **Eixos**. 2020. Disponível em <https://www.incode2030.gov.pt/eixos>

INE. Inquérito à utilização de tecnologias da informação e da comunicação pelas famílias. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2019.

MARQUES, F. **Cidadania Digital: A Internet como ferramenta social.** In: Atas INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2002. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/a4c5ca9f74d15cd4ca78d9eb0a811ad0.pdf>

MELÃO, D. **Da página ao(s) ecrã(s): tecnologia, educação e cidadania digital no século XXI.** Educação, Formação & Tecnologias, 4 (2), p.89-107, 2011.

PINTO, M. **A formação para o exercício da cidadania numa sociedade mediatizada.** In Cardoso, G.; Caraça, J.; Monte-Pegado, T. (Coord.). Os cidadãos e a sociedade da informação, Lisboa: INCM, p. 35-44, 2000.

PINTO, M.; PEREIRA, S.; PEREIRA, L.; FERREIRA, T. **Educação para os media em Portugal. Experiências, actores e contextos.** ERC, 2011. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/44959>

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS. **Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2018 de 8 de março.** Diário da República, 1.ª série - N.º 48 - 8 de março de 2018. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/26/2018/03/08/p/dre/pt/html>

SILVA, H.; JAMBEIRO, O.; LIMA, J.; BRANDÃO, M. **Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania.** Inf., Brasília, 34(1), p. 28-36, 2005.

SZELES, M. R. **New insights from a multilevel approach to the regional digital divide in the European Union.** Telecommunications Policy, 42(6), p. 452-463, 2018.

TARAPANOFF, K.; SUADEN, E.; OLIVEIRA, C. **Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação.** Revista de Ciência da Informação, 3(5), p. 28-36, 2002.

Sobre os Autores

	<p>Maria Raquel Vaz Patrício</p> <p>Professora adjunta na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança - Portugal. Doutorada em Ciências da Educação na especialidade de Tecnologia Educativa pela Universidade do Minho (2014). Investigadora integrada do CIEB - IPB e investigadora colaboradora na Age.Comm - Instituto Politécnico de Castelo Branco. Investiga no campo das tecnologias digitais aplicadas à educação, inovação pedagógica, educação e aprendizagem intergeracional, literacia e inclusão digital de adultos e seniores, aprendizagem ao longo da vida e tecnologias digitais no envelhecimento ativo. Integra comissões científicas e organizadoras de congressos internacionais e nacionais. Autora de capítulo de livro, artigos em revistas e atas internacionais e nacionais.</p> <p>E-mail: raquel@ipb.pt</p>
	<p>Henrique Gil</p> <p>Professor Adjunto na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco tem como área de investigação as «Tecnologias Digitais Aplicadas». Possui um Pós-Doutoramento em Ciências Sociais na área de especialização em Políticas Sociais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. É Doctor of Philosophy in Education pela University of Exeter – UK- em «IT in Education». Desempenha funções como Coordenador Institucional do Instituto Politécnico de Castelo Branco do Gabinete de Digitalização e Inclusão 4.0 e é o Coordenador Distrital de Castelo Branco na «Rede TIC & Sociedade» da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Tem orientado teses de doutoramento e de mestrado no âmbito das literacias digitais e de processos de infoinclusão. É membro de equipas editoriais de Revistas Internacionais e faz parte de Comissões Científicas de diferentes Congressos Internacionais. É autor de livro, capítulos de livros e de artigos em revistas e em atas nacionais e internacionais.</p> <p>E-mail: hteixeiragil@ipcb.pt</p>

Revista EducaOnline. Volume 15, Nº 1, Janeiro/Abril de 2021. ISSN: 1983-2664. Este artigo foi submetido para avaliação em 30/11/2020. Aprovado para publicação em 22/12/2020.